



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

PLANO

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

PLS-AM

2021-2026

DIRETORA DO FORO: JUÍZA FEDERAL - MARA ELISA ANDRADE
VICE-DIRETOR DO FORO: JUIZ FEDERAL - ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SECAD-AM - DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

Composição da Comissão Gestora do PLS/AM.

Função/Unidade	Função
Diretor (a) do Foro	Presidente
Setor de Apoio à Gestão Socioambiental (Setamb/Secad)	Vice-Presidente
Seção de Modernização Administrativa (Semad/Secad)	Secretário
Seção de Licitações e Contratos (Selic/Secad)	Membro efetivo
Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Seplo/Nucad)	Membro efetivo
Seção de Compras (Secom/Nucad)	Membro efetivo
Seção de Material e Patrimônio (Semap/Nucad)	Membro efetivo
Seção de Serviços Gerais (Seseg/Nucad)	Membro efetivo
Seção de Depósito e Arquivo Judicial e Administrativo (Sedaj/Nucju)	Membro efetivo
Seção de Comunicação Social (Secos/Diret)	Membro efetivo
Setor de Comunicações (Setcom/Nucad)	Membro efetivo
Seção de Segurança, Vigilância e Transporte (Sevit/Nucad)	Membro efetivo
Núcleo de Administração (Nucad)	Membro efetivo
Núcleo Judiciário (Nucju)	Membro efetivo
Núcleo de Gestão de Pessoas (NucGP)	Membro efetivo
Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Sedcr/NucGP)	Membro efetivo
Seção de Bem-estar Social (Sebes/NucGP)	Membro efetivo
Seção de Tecnologia da Informação (Seinf/Nucad)	Membro efetivo
Unidade Avançada de Atendimento (UAA em Tefé)	Membro efetivo
Seção de Suporte Administrativo e Operacional da Subseção de Tabatinga (Sesap/TBT)	Membro efetivo

Sumário	
Composição da Comissão Gestora do PLS/AM	1
APRESENTAÇÃO	2
Alinhamento do PLS-TRF1 à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região	2
Objetivo Geral	3
Objetivos Específicos	3
Responsabilidades	3
Metodologia de implementação	3
Monitoramento dos dados	3
Avaliação do PLS-TRF1	4
Metodologia de Revisão	4
Cenários	4
Parâmetros para estabelecimento das metas	4
Classificação da Meta	5
Metas de desempenho do PLS	6
Meta e indicador de cumprimento do PLS	7
Série histórica	7
Meta e indicador de cumprimento do PLS	7
Associação das Metas do PLS-TRF1 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU	7
INDICADORES E METAS	9
PAPEL	9
COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA	11
IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS	13
ENERGIA ELÉTRICA	14
ÁGUA E ESGOTO	15
GESTÃO DE RESÍDUOS	16
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	16
TELEFONIA	17
VIGILÂNCIA	18
LIMPEZA	19
REFORMAS E LEIÁUTE	19
COMBUSTÍVEL	20
VEÍCULOS	21
CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	22
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	22
EQUIDADE E DIVERSIDADE	23
PLANO DE AÇÃO DO PLS (Período 2023/2025)	23
Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços	26
Ações de Divulgação, Sensibilização e Capacitação	29

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS-TRF1 é o instrumento de gestão da sustentabilidade do Tribunal, vinculado à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), instituído em cumprimento à Resolução CNJ 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

A gestão da sustentabilidade da Justiça Federal da 1ª Região é composta pelos Planos de Logística Sustentável do Tribunal e das 12 Seccionais, conduzida de forma descentralizada por suas respectivas comissões gestoras e por suas unidades de sustentabilidade.

O primeiro ciclo do PLS, alinhado ao Plano Estratégico da Justiça Federal 2015-2020, possibilitou ao Tribunal e às seccionais alcançar resultados relevantes na redução do impacto socioambiental de suas atividades e na conscientização do corpo funcional para os temas relacionados à sustentabilidade.

A experiência adquirida pela Comissão Gestora do PLS-TRF1 e pelas unidades envolvidas na gestão da sustentabilidade do Tribunal bem como o conjunto da série histórica dos indicadores coletados ao longo dos anos forneceram base consistente para a elaboração do presente plano, o qual se apresenta de forma mais estruturada, com a proposição de indicadores e metas metodologicamente fundamentadas.

Assim, dando continuidade à promoção das práticas bem sucedidas e adequando o plano à conjuntura desafiadora que se aponta no horizonte, o PLS-TRF1 busca, neste seu segundo ciclo, em que se alinha ao Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026, consolidar no Tribunal o valor da sustentabilidade nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

O presente plano pretende, finalmente, servir de modelo para a reformulação dos PLS pelas seccionais, objetivando o alinhamento na gestão da sustentabilidade da Justiça Federal da 1ª Região.

ÍTALO PIORAVANTI SABO MENDES
Desembargador Federal
Presidente

Alinhamento do PLS-TRF1 à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal – PLS-TRF1 2021-2026 alinha-se à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026 (art. 5º da Resolução CNJ 400/2021), aprovada pela Resolução Presi 10/2021, aos seus valores, entre os quais o da “Responsabilidade Ambiental”, e, principalmente, ao objetivo estratégico “Promover a adoção de práticas sustentáveis nas iniciativas e nos processos de trabalho”. O PLS-TRF1 2021-2026 alinha-se também ao Macrodesafio Nacional “Promoção da Sustentabilidade”, que tem como indicador de Acompanhamento o “Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS”, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 325/2020).

Objetivo Geral

Aprimorar a gestão da sustentabilidade no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

Objetivos Específicos

1. Promover ações que estimulem:

- a mudança nos padrões de compra e consumo;
- o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;
- a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;
- a efetivação de contratações sustentáveis;
- a sensibilização e capacitação da força de trabalho para a gestão da sustentabilidade;
- a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- a transparência da gestão da sustentabilidade.

2. Ser referência na gestão da sustentabilidade para a Justiça Federal da 1ª Região.

Responsabilidades

Cabe à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – CGPLS-AM a responsabilidade de deliberar sobre os indicadores e metas e propor a revisão do PLS- AM (art. 19 da Resolução CNJ 400/2021).

A Comissão Gestora é apoiada pelos gestores das unidades relacionadas no Plano de Ação, especialmente na execução do Plano de Ação, na mensuração dos indicadores e no cumprimento das metas propostas.

Por alinhar-se ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região (art. 5º da Resolução CNJ 400/2021), e tendo em vista que a execução da estratégia da Justiça Federal cabe a todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), a responsabilidade pela execução do PLS é compartilhada por todos.

Metodologia de implementação

A implementação do PLS é realizada por meio do desdobramento dos objetivos estratégicos, indicadores e metas em ações e/ou projetos com cronograma e responsáveis definidos.

Para tanto, foram criados cinco grupos executivos, abaixo, com a atribuição de executar, propor atualizações e monitorar o Plano de Ação do PLS:

- I – Grupo Executivo I de Uso Eficiente de Insumos e Materiais e de Gestão de Resíduos;
- II – Grupo Executivo II de Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras;
- III – Grupo Executivo III de Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos;
- IV – Grupo Executivo IV de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, Comunicação e Capacitação;
- V – Grupo Executivo V de Promoção Sustentável dos Serviços de Vigilância, Limpeza e Transporte.

Os grupos executivos têm o suporte técnico do Setor de Apoio à Gestão Socioambiental – Setamb-AM, que apoia as atividades de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, e da Comissão Gestora do PLS-AM, a quem cabe promover ações que estimulem a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo, gestão documental, conscientização e engajamento da força de trabalho da SJAM, em conjunto e com a efetiva participação das áreas responsáveis.

Os gestores da SJAM são solidariamente responsáveis pelas práticas de gestão sustentável, pela racionalização na utilização de recursos naturais e bens públicos, pelo incentivo à mudança comportamental no que diz respeito à defesa do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente como valor de cidadania.

Monitoramento dos dados

O monitoramento do PLS-AM é realizado de forma compartilhada pelos grupos executivos, pela unidade de sustentabilidade e pela Comissão Gestora, por meio do acompanhamento contínuo:

- do desempenho da SJAM diante dos objetivos, indicadores e metas que compõem o Referencial Estratégico
- da execução das ações e projetos inseridos no Plano de Ação do PLS.

Os dados socioambientais da SJAM são lançados no Sistema PLS-Jud/CNJ, disponibilizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, os quais também alimentam o Painel da Sustentabilidade da 1ª Região disponibilizado no Portal Eletrônico do

Tribunal.

Cabendo:

- Aos gestores dos grupos executivos e das áreas técnicas, enviar as informações para a unidade de sustentabilidade, que irá alimentar o Sistema PLS-Jud/CNJ com os dados dos indicadores atualizados, conforme a periodicidade de apuração de cada unidade;
- À Comissão de Inventário, lançar as informações relativas aos critérios de sustentabilidade em cada item do inventário da SJAM;
- Aos gerentes dos projetos e responsáveis pelas ações, relatar o andamento das iniciativas do Plano de Ação do PLS;
- Às unidades solicitantes, inserir nos termos de referência e editais as informações relativas aos critérios de sustentabilidade quando solicitarem serviços ou compras de material; conforme parágrafo único, Art. 21 da Resolução 400/2021 do CNJ;

O acompanhamento contínuo dos dados permite à Comissão Gestora do PLS e aos seus grupos executivos tomarem, tempestivamente, as providências necessárias para atingimento das metas do PLS.

Avaliação do PLS-TRF1

Para a avaliação do desempenho do PLS serão considerados:

- os objetivos estratégicos, indicadores e metas;
- a ampliação dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;
- a execução das ações e projetos socioambientais.

As avaliações do PLS são realizadas por todas as instâncias de atuação dos atores da gestão da sustentabilidade: Comissão Gestora – CGPLS-AM, grupos executivos e Setamb, com os seguintes objetivos:

- contínua, à medida do lançamento dos dados, visando o atingimento das metas;
- anual, com a elaboração do Relatório Anual de Desempenho do PLS do SJAM, para os eventuais ajustes de metas e ações;
- bienal, ao fim de cada ciclo de seu Plano de Ação bienal, para definição dos indicadores, metas e ações, para o próximo biênio;
- sexenal, ao fim de cada ciclo do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e da 1ª Região, para análise e construção do PLS alinhado ao próximo ciclo de planejamento estratégico;

Metodologia de Revisão

A revisão do Plano de Logística Sustentável da SJAM – PLS-AM é fruto do trabalho conjunto da Comissão Gestora do PLS- CGPLS, de seus grupos executivos, bem como da colaboração de diretores e servidores das unidades vinculadas aos temas tratados no PLS, as quais contribuíram para o fornecimento, revisão e análise de dados para o estabelecimento das propostas de metas.

As séries históricas dos indicadores socioambientais instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Resolução CNJ 400/2021 e o 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário), que ora fazem parte integrante do PLS, foram essenciais para a definição das novas metas.

A exemplo do CNJ o TRF1 adotou uma indicadora-chave vinculado a cada meta, conforme prescrito pela metodologia de construção de indicadores. Cada indicadora-chave mede, assim, o Índice de racionalização do item tratado (ex: índice de racionalização de consumo de papel, índice de racionalização de consumo de energia elétrica etc.). Devido à atipicidade do ano de 2020, estabeleceu-se, em regra o ano de 2019 como ano referência.

Dada a incerteza de cenário em razão da pandemia de Covid-19, a mudança cultural e no modo de trabalho e o consequente impacto nos indicadores socioambientais, a Comissão Gestora do PLS optou por definir, inicialmente, metas bienais para PLS-TRF1 2021-2026, as quais serão revisadas ao fim do primeiro biênio.

Cenários

Coincidiu com o novo ciclo do PLS a clara oposição de cenários “pré-Pandemia de Covid-19 versus Pandemia”.

A Comissão Gestora do PLS espera para o próximo ciclo um cenário intermediário entre os anos de 2019 e 2020, incerto, contudo, a depender do grau de incorporação das lições aprendidas ao longo do período da pandemia.

O ano de 2020 teve expressiva melhora dos indicadores socioambientais, causada pela forte queda no consumo de recursos naturais, em decorrência da forçosa adoção do trabalho remoto como forma predominante de trabalho.

Parâmetros para estabelecimento das metas

A Comissão Gestora do PLS delimitou os seguintes parâmetros (internos e externos) para a definição das metas:

Parâmetros internos:

- a) **RESULTADO ALCANÇADO:** é o resultado para a meta já alcançado pelo Tribunal desde a instituição do PLS-TRF1 (período de 2015 a 2019). O ano de 2020 foi desconsiderado neste quesito por sua atipicidade;
- b) **TENDÊNCIA:** é a tendência observada, obtida pela média dos resultados de 2015 a 2019;
- c) **CAPACIDADE DE DESEMPENHO FUTURO:** é a capacidade estimada de desempenho futuro, em vista do resultado alcançado, do cenário esperado para o próximo ciclo bem como dos pontos fortes e das limitações do Tribunal em relação à meta.

Parâmetro externo:

- a) **MÉDIA DA JUSTIÇA FEDERAL:** é a média do resultado obtido para a meta pela Justiça Federal, quando cabível a comparação, calculada pelo CNJ (5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário).
Obs.: Este parâmetro foi aplicado onde cabível, não havendo esta referência para algumas metas ou sendo inaplicável a comparação para outras.

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Quesito	Situação
Compõe o cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS	Sim/Não
Meta de Longo Prazo	Média da Justiça Federal
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	Redução percentual alcançada até 2019
Tendência Observada – Cenário I –	Percentual de redução médio anual
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	Redução Alcançada em 2020
Capacidade Estimada de Cumprimento – Cenário III –	Capacidade estimada de cumprimento no cenário previsto
Meta Proposta	Proposta de meta, ponderados a criticidade, a meta de longo prazo e o cenário previsto.
Pontos fortes	Situações que favoreçam o atingimento da meta
Limitações	Entraves que dificultam o atingimento da meta
Risco de não atendimento da meta sugenda	Resposta livre

Classificação da Meta

Quanto à sua criticidade

A comissão elegeu como prioridade a melhora do resultado do Tribunal no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ. Este direcionamento permitiu a classificação da criticidade das metas, levando-se em conta sua participação no cálculo do IDS e a performance do Tribunal em relação a Justiça Federal.

Meta crítica: A meta será considerada crítica se o tema a que ela se referir for considerado para o cálculo do IDS e se o resultado para o TRF1 estiver abaixo do resultado médio da Justiça Federal.

Meta não crítica: A meta que não se enquadra na classificação crítica.

Quanto à capacidade de seu cumprimento

As metas receberam classificação também em relação à capacidade de seu cumprimento pelo Tribunal. Neste quesito, estão classificadas como conservadoras, moderadas e desafiadoras.

Conservadora: A meta será considerada conservadora se esta for igual ou menor do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019).

Moderada: A meta será considerada moderada se esta for maior do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019) e menor que do que a capacidade de cumprimento prevista.

Desafiadora: A meta será considerada desafiadora se esta for maior do que a capacidade de cumprimento prevista.

Classificação da Meta

Classificação Meta

Quanto à Criticidade	Crítica	Não crítica	
Quanto ao Atingimento	Conservadora	Moderada	Desafiadora

Metas de desempenho do PLS

Série histórica

Índice das metas individuais (percentual de cumprimento de cada meta)									
Se resultado do índice for maior do que 100%, o resultado considerado é 100%									
PLS 2015-2020									
Objetivo Estratégico	Tema	Subtema	Meta Nº	Meta	2016	2017	2018	2019	2020
Promover o uso eficiente de insumos e materiais (papel, descartáveis e impressões)	Tema 1 – Insumos e materiais	Subtema 1.1 – Papel	1	Reduzir o consumo de papel em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 1.2 – Descartáveis e água mineral engarrafada	2	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
			3	Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020	77%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 1.3 – Impressões e equipamentos	4	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% a.a. até 2020	91%	100%	100%	100%	100%
Gerir de forma eficiente energia, água e resíduos	Tema 2 – Energia elétrica		5	Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 3 – Água e esgoto		6	Reduzir o consumo de água e esgoto em 8.000 m³ até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 4 – Gestão de resíduos		7	(2016-2018) Ampliar a destinação de materiais diversos a reciclagem em 2% a.a. até 2020 (2019-2020) Ampliar a destinação de materiais diversos a reciclagem em 2% a.a. até 2020, em relação aos resíduos gerados	100%	100%	69%	100%	100%
Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho	Tema 5 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho		8	Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
Promover contratações e deslocamentos sustentáveis	Tema 6 – Contratações sustentáveis	Subtema 6.1 – Telefonia	9	Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% a.a. até 2020	97%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 6.2 – Vigilância	10	Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 6.3 – Limpeza	11	Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 6.4 – Layout	12	Reduzir o valor gasto com reformas em 10% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 7 – Deslocamentos de pessoal, bens e materiais	Subtema 7.1 – Combustível	13	(2016-2018) Reduzir a quantidade de Km rodados em 7,5% até 2020 (2019-2020) Não aumentar a quantidade de KM rodados até 2020	100%	88%	64%	95%	100%
		Subtema 7.2 – Veículos	14	(2016-2018) Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva em 15% até 2020 Não aumentar em mais de 5% os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 2020	50%	40%	32%	47%	86%
Promover a sensibilização e a capacitação da força de trabalho em gestão socioambiental	Tema 8 – Sensibilização e capacitação contínua		15	Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020	100%	100%	100%	100%	100%

Meta e Indicador de cumprimento do PLS

PLS				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
1	Índice de cumprimento das metas individuais	Cumprir 100% de cada meta	Seamb	Anual
		100%		
Fórmula: $PEM = (MA/MP) \times 100$ PEM - Percentual de Execução da Meta MA - Meta Alcançada MP - Meta para o período Obs.: Se resultado do índice for maior do que 100%, considerar o resultado como 100% Mede o percentual de execução de cada meta do Plano de Logística Sustentável				

Série histórica

PLS						
Indicador	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de cumprimento do PLS	Percentual	94%	95%	91%	96%	99%

Meta e Indicador de cumprimento do PLS

PLS				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
2	Índice de cumprimento do PLS	Cumprir 100% do PLS	Seamb	Anual
		100%		
Fórmula: $DPM = (\sum PEM_1 + PEM_2 + \dots + PEM_n) / QTM$ DPM - Desempenho Percentual de Metas do PLS PEM - Percentual de Execução da Meta QTM - Quantidade Total de Metas para o período Mede o desempenho percentual de alcance das metas constantes no Plano de Logística Sustentável				

Associação das Metas do PLS-TRF1 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU

As metas do PLS passam a ser associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU na Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas.

Os temas constantes dos ODS podem ser divididos em quatro dimensões:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida, justiça.

Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, produção de resíduos, consumo de energia, entre outros.

Institucional: diz respeito às capacidades para colocar em prática os ODS.

A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável identificou oito ODS que podem ser associados às metas do PLS-TRF1:

Objetivo 3. Boa Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

(...)

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

(...)

Objetivo 4. Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

(...)

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

(...)

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

(...)

Objetivo 5- Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

(...)

5.5.2- Proporção de mulheres em posições gerenciais

5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

(...)

5.c- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Objetivo 6- Água Potável e Saneamento: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

(...)

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

(...)

Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

(...)

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

(...)

Objetivo 10- Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

(...)

10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

(...)

10.3- Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

(...)

10.4- Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

Objetivo 12. Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

(...)

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

(...)

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas [instituições públicas, no caso do TRF], especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

(...)

Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

(...)

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

(...)

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

(...)

INDICADORES E METAS

PAPEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de papel

Série histórica

Indicadores PLS Jud – CNU	U.M.	Papel					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
CPNRP – Consumo de papel não reciclado próprio	RM	19.241	16.808	15.932	13.901	12.386	4.608
CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	RM	1.814	924	670	871	715	213

CPNRC – Consumo de papel não reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPT – Consumo de papel total	RM	21.055	17.732	16.602	14.772	13.101	4.821
GPNR – Gasto com papel não reciclado próprio	R\$	167.397,00	164.981,34	184.195,96	183.103,85	167.407,00	62.022,16
GPRP – Gasto com papel reciclado próprio	R\$	14.784,00	9.934,27	7.887,36	13.058,43	10.588,00	3.161,49
GTP – Gasto total com papel	R\$	182.180,80	174.915,64	206.480,28	196.162,18	178.007,00	65.183,65

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNU)

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Papel	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	38% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	33% ↓
Tendência observada – Cenário I –	9,5 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	65% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	20% a.a. ↓
Meta proposta	10% a.a. ↓
Pontos fortes	Processos predominantemente eletrônicos Trabalho híbrido
Limitações	Cultura na utilização de impressão
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS

Meta e Indicadores

Papel				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
1	Índice de racionalização de consumo de papel	Reduzir o consumo de papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)	Dimap	Mensal
		10% a.a.		
		Crítica	Moderada	Dimap
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum Consumo de papel reciclado e papel não reciclado Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de papel reciclado e não reciclado.				

COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA

Objetivo: Racionalizar o uso de copos de plástico descartáveis e de água envasada em embalagem plástica

Série histórica

Copos Descartáveis							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CCA – Consumo de copos descartáveis para água	Centos	17.420	15.870	15.300	9.250	8.362	4.206
CCC – Consumo de copos descartáveis para café	Centos	22.500	1.650	1.850	1.800	2.100	1.300
CCT – Consumo total de copos descartáveis	Centos	39.920	17.520	17.150	11.050	10.462	5.506
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para água	R\$	36.893,00	35.707,50	32.441,00	18.674,00	15.940,00	8.035,00
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para café	R\$	19.575,00	1.501,50	1.792,00	1.755,00	2.543,00	1.372,12
GTCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis	R\$	56.469,00	37.209,00	34.233,00	20.429,00	18.483,00	9.407,12

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Copos descartáveis	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	33% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	47% ↓
Tendência observada – Cenário I –	14,5 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	47% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	30% a.a. ↓
Meta proposta	10% a.a. ↓
Pontos fortes	Substituição dos copos plásticos por copos de vidro Trabalho híbrido
Limitações	Cultura na utilização dos copos plásticos
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS

Meta e Indicador

Copos descartáveis				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
2	Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)	Nucol	Anual
		10% a. a.		
		Crítica Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$				

Consumo Total = Σ Consumo de copo descartável de água e café

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo com copo descartável de água e café.

Série histórica

Água envasada em embalagem plástica							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Un	7.392	9.080	3.576	3.264	7.200	5.760
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Un	21.800	23.320	22.000	22.142	23.300	10.550
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	4.533,00	5.887,60	2.591,00	2.132,00	4.737,00	3.782
GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$	105.512,00	130.825,20	141.900,00	71.705	85.045	62.561

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Água envasada em embalagem plástica	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	33% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	2,5% ↓
Tendência observada – Cenário I –	0% a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	20% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	15% ↓
Meta proposta	15% até 2022 ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Cultura no uso da água envasada
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS

Indicadores

Água envasada em embalagem plástica					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
3	Índice de racionalização de consumo de água envasada em embalagens descartáveis	Reduzir o consumo de água envasada em embalagens descartáveis em 15% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Dimap	Anual
		15%			
		Crítica	Moderada		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$					
Consumo Total = Σ consumo de água envasada em embalagens descartáveis					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens descartáveis.					

IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Objetivo: Racionalizar os recursos destinados ao processo de impressão

Série histórica

		Impressão					
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CSI – Consumo de suprimentos de impressão	Un	1.066	1.142	913	887	750	481
GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$	227.399,18	Dado em revisão	220.258,40	169.863,00	129.993,00	193.891,30
QI – Quantidade de impressões	Un	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado
QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	R\$	1.488	828	830	842	660	585
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	0	0	0	74.150,00	0	221.910,00
GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	321.330,00	296.137,00	306.194,00	291.927,00	412.076,00	265.656,00

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNU)

Suprimentos de Impressão	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Meta de longo prazo	Sem referência
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	30% ↓
Tendência observada – Cenário I –	8,5 % a. a. ↓
Resultado alcançada em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	35% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	10% a.a.
Meta proposta	10% a. a. ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido Renovação do parque de impressão
Limitações	Cultura na utilização de impressoras
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não cumprimento do PLS

Indicador

Impressão				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
4	Índice de racionalização de consumo de suprimentos de impressão	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10% a. a. (ano referência 2019)	Diatu	Anual
		10% a.a.		
		Não crítica	Moderada	Dimap

Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo do ano de 2019})) * 100$

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo de suprimentos de impressão.

ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Racionalizar o consumo de energia elétrica

Série histórica

Energia Elétrica							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CE – Consumo de energia elétrica	kWh	6.612.877	5.939.112	5.456.655	5.282.757	4.268.699	3.760.595
AC – Área construída	m ²	57.421	57.421	57.421	57.421	54.985	54.985
CRE – Consumo relativo de energia elétrica	kWh/m ²	115,16	103,43	95,03	92,00	77,63	
GE – Gasto com energia elétrica	R\$	4.101.030,51	3.956.716,48	3.762.259,83	4.093.607,08	4.268.703,97	2.904.527,93
GRE – Gasto relativo de energia elétrica	R\$/m ²	71,42	68,91	65,52	71,29	77,63	

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNU)

Energia Elétrica

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	47% ↓
Redução total no período 2015-2019	35% ↓
– Cenário I –	
Tendência observada	10 % a. a. ↓
– Cenário I –	
Redução alcançada em 2020 (em relação a 2019)	12% ↓
– Cenário II –	
Capacidade estimada de cumprimento	0%
– Cenário III –	
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Redução efetuada nos últimos anos atingiu seu limite Imposições orçamentárias Idade, diversidade, número e grau de modernidade das edificações Obra da Nova Sede
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS

Indicadores

Energia Elétrica				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
5	Índice de racionalização de consumo de energia elétrica (kWh)	Não aumentar o consumo de energia elétrica (ano referência 2019)	Dieng	Anual
		Não aumentar		
		Crítica Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo no ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica				

ÁGUA E ESGOTO

Objetivo: Racionalizar o consumo de água e esgoto.

Série histórica

Água e Esgoto							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CA – Consumo de água	m³	52.920	40.464	31.229	29.782	27.944	16.172
AC – Área construída	m²	57.421	57.421	57.421	57.421	54.985	54.985
CRA – Consumo relativo de água	m³/m²	1,01	0,70	0,54	0,52	0,51	0,29
GA – Gasto com água	R\$	941.179,00	805.425,25	704.899,88	645.878,00	627.557,32	387.123,63
GRA – Gasto relativo de água	R\$/m²	16,39	14,03	12,27	11,25	11,41	7,04

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Água e Esgoto	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	17% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	47% ↓
Tendência observada no período 2015-2019 – Cenário I –	15 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	42% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Redução efetuada nos últimos anos atingiu seu limite Imposições orçamentárias Idade, diversidade, número e grau de modernidade das edificações Obra da Nova Sede
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS

Indicador

Água e Esgoto					
N.	Indicador	Meta		Responsável	Periodicidade
		2021/2022			
6	Índice de racionalização de consumo de água	Não aumentar o consumo de Água e Esgoto (ano referência 2019)		Dieng	Mensal
		Não aumentar			
		Crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo água.					

GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de resíduos

Série histórica

Gestão de Resíduos							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DPA – Destinação de papel	Kg	39.283	37.619	44.607	28.412	27.533	14.595
DPL – Destinação de plásticos	Kg	3.172	2.371	476	331	0	37
DVD – Destinação de vidros	Kg	0	0	0	0	0	18
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	0	1.782	1.646	460	1.206	0
DPB – Destinação de pilhas e baterias	Kg	0	0	0	48	55	0
DRI - Destinação de resíduos de informática	Kg	0	368	168	306	338	4.944
DLP - Destinação de lâmpadas	Un	0	19.500	0	7.900	0	11.812
DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	Kg	190	65	55	0	0	70
DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg	440	245	304	159	135	174

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Gestão de Resíduos					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
7	Índice de destinação de resíduos sólidos	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.		Nucol	Mensal
		100%			
		Crítica	Moderada		
<p>Fórmula: Total de resíduos destinados adequadamente (KG)/Total de resíduos coletados (KG)*100</p> <p>Total de resíduos = ∑ de resíduos de papel (kg) + plástico (kg) + metais (kg) + vidros (Kg) + Coleta Geral (Kg)</p> <p>Descrição do indicador: mede a quantidade de resíduos sólidos gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.</p>					

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes nas ações de QVT

Série histórica

Qualidade de Vida							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	Participante	240	892	1.131	1.309	1.075	831
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	3	26	10	12	14	13
PS – Participações em ações solidárias	Participante	105	57	105	168	158	0

AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	1	1	1	1	1	0
Ainc – Ações de Inclusão	Ação	0	0	0	0	1	1

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNU)

Indicadores

Qualidade de Vida					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
8	Índice de participação em iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Disao	Anual
		Aumentar em 10%			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: (Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano/total de servidores e colaboradores da instituição no ano – Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano anterior/total de servidores e colaboradores da instituição no ano anterior) x 100					
Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo nas iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho. Inclui somente ações com público-alvo definido.					

TELEFONIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com telefonia fixa e móvel

Série histórica

Telefonia							
Indicadores PLS Jud – CNU	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$	218.740,46	221.692,89	184.506,41	59.942,62	21.215,81	25.708,03*
LTF – Linhas Telefônicas Fixas	Linhas	1.434	1.471	1.231	2.700	2.700	2.700
GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$	20.405,86	16.260,70	10.218,77	3.928,66	5.729,91	3.235,82*
LTM – Linhas Telefônicas Móveis	Linhas	55	61	54	50	50	50

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNU)

(*) Dados de novembro e dezembro de 2020 pendentes de lançamento em razão da não entrega das contas pela companhia telefônica (informação prestada pela Divisão de Engenharia e Manutenção Predial – Dieng em 15/04/2021).

Telefonia	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Meta de longo prazo	Sem referência
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	89% ↓
Tendência observada no período 2015-2019 – Cenário I –	Observou saltos de redução
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	30% ↑ (aumento projetado)
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%

Meta proposta	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017
Pontos fortes	Não há
Limitações	Limite de redução alcançado Trabalho híbrido Reformulação do contrato de telefonia móvel para a inclusão de dados
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não cumprimento do PLS

Indicadores

Telefonia					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
9	Índice de racionalização de gastos com telefonia	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017		Dieng	Mensal
		Não aumentar o gasto			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / (\text{Gasto total de 2017} \times 0,5))) \times 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com telefonia fixa e móvel Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia.					

VIGILÂNCIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços de vigilância

Série histórica

Vigilância							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	R\$	0	0	0	0	0	0
GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	R\$	Não informado	8.669.357,00	8.603.074,00	8.807.120,00	8.945.410,00	5.883.628,00
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada Postos	Postos	Não informado	80	80	80	80	39
GVT – Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	R\$	Não informado	8.669.357,00	8.603.074,00	8.807.120,00	8.945.410,00	5.883.628,00

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Vigilância					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
10	Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		Coisi	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) \times 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de vigilância.					

LIMPEZA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços e material de limpeza

Série histórica

Limpeza							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base	R\$	5.417.260,61	5.635.660,80	6.031.680,12	5.978.086,20	5.981.308,56	3.822.587,30
m² Cont – Área contratada	m²	176.968	64.887	64.887	64.887	64.887	81.392
GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$	7.792.465,32	5.417.260,61	5.635.660,80	6.031.680,12	5.978.086,20	5.981.308,56
GML – Gasto com material de limpeza	R\$	Não informado	630.912,96	630.912,96	630.912,96	630.912,96	462.208,82

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

Limpeza					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
11	Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		Nucol	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $\left(\frac{\text{Gasto Total do ano corrente}}{\text{Gasto Total no ano de 2019}} - 1\right) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza Descrição do indicador: mede o percentual de gastos com serviços de limpeza.					

REFORMAS E LEIAUTE

Objetivo: Racionalizar os gastos com reformas e mudanças de Leiaute

Série histórica

Reformas e Mudança de Leiaute							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$	369.375,68	0	7.920,00	233.000,00	180.493,04	43.879,76
GRR – Gastos com reformas no período de referência	R\$	Não informado	369.375,68	0	7.920,00	233.000,00	180.493,04

Indicadores

Reformas e Mudanças de Leiaute					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
12	Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021, 2022) com reformas e mudanças de leiaute		Dieng	Anual
		Não ultrapassar a previsão de gastos			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto Total no ano corrente} / \text{Previsão de gasto para o exercício})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com reformas e mudanças de leiautes					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com reformas e mudanças de leiautes.					

Fonte: 5ª Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNU)

COMBUSTÍVEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de combustíveis (álcool, diesel e gasolina)

Série histórica

Quilometragem e Combustível							
Indicadores PLS Jud – CNU	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Km – Quilometragem	Km	521.281	460.072	497.945	563.970	545.846	260.684
Combustível							
CG – Consumo de gasolina	Lt	42.701	46.498	46.944	48.782	50.416	26.389
CE – Consumo de etanol	Lt	12.377	10.186	10.631	11.904	12.416	6.242
CD – Consumo de diesel	Lt	7.265	2.577	5.363	3.937	4.480	1.805
CGN – Consumo de gás natural	Lt	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5ª Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNU)

Indicadores

Quilometragem e Combustível					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
13	Índice de racionalização de Km rodada	Não aumentar a quantidade de quilômetros rodados (ano referência 2019)		Diset	Anual
		Não aumentar Km rodados			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Total de Km rodados no ano corrente} / \text{Total de Km rodados em 2019})) * 100$					

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de Km rodados (impacta o consumo de combustíveis, no gasto com manutenção e na emissão de gases poluentes).

VEÍCULOS

Objetivo: Racionalizar os gastos com manutenção de veículos

Série histórica

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	Veículos					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
VG – Quantidade de veículos a gasolina	Veículos	36	11	11	10	7	6
VEt – Quantidade de veículos a etanol	Veículos	0	0	0	0	0	0
VF – Quantidade de veículos flex	Veículos	48	56	62	61	60	55
VD – Quantidade de veículos a diesel	Veículos	5	5	6	8	8	7
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	Veículos	0	0	0	0	0	0
VH – Quantidade de veículos híbridos	Veículos	0	0	0	0	0	0
VEI – Quantidade de veículos elétricos	Veículos	0	0	0	0	0	0
QVs – Quantidade de veículos de serviço	Veículos	26	24	31	38	29	22
QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	Veículos	63	48	48	41	46	46
QTV – Quantidade total de veículos	Veículos	89	72	79	79	75	68
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	244.400,38	357.593,35	368.559,33	374.993,22	368.860,25	292.872,96
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Indicadores

N.	Indicador	Veículos		Responsável	Periodicidade
		Meta 2021/2022			
14	Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículos	Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Diset	Anual
		Não aumentar em mais de 10% a.a.			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com manutenção de veículos Descrição do indicador: Mede a racionalização de gastos com manutenção de veículos</p>					

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Capacitar e sensibilizar o maior número de servidores no tema Sustentabilidade.

Série histórica

Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade							
Indicadores PLS Jud – CNU	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ACap – Ações de capacitação e sensibilização	Ação	3	6	4	7	8	3
PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação	Participante	Não informado	274	233	56	105	305

Indicadores

Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
15	Índice de participação em ações de capacitação em sustentabilidade	Promover ações de capacitação que sensibilizem 10% dos servidores até 31 de dezembro de 2022		Cedap	Anual
		Capacitar 10% dos servidores			
		Não crítica	Moderada		
Fórmula: (Quantidade de servidores que participaram de ações de capacitação no ano/total de servidores da instituição) x 100					
Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo em ações de capacitação em sustentabilidade.					

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Objetivo: Aplicar os critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações

Indicadores

Contratações Sustentáveis					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Prazo
16	Índice de quantidade de novas licitações sustentáveis	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações		SecGA	Dez/2022
Fórmula: (Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010) / (Quantidade de novas licitações)					
Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010: observação integral, quando cabível, dos arts. 4º a 7º.					
Quantidade de novas licitações: total de licitações realizadas no período para certames ligados a parâmetros que tenham alguma aplicação sustentável					

Descrição do indicador: mede o percentual de novas licitações realizadas em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010

EQUIDADE E DIVERSIDADE

Objetivo: Promover a equidade e diversidade no Tribunal

Indicadores

Equidade e Diversidade				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Prazo
17	Índice de equidade	Implementar o indicador de equidade	SecGP	Dez/2022
Fórmula: (número de servidoras /total de servidores)*100				
Descrição do indicador: mede o percentual de equidade				

Plano de Ação do PLS-SJAM (Período 2023/2025)

Plano de Ação do PLS-SJAM (Período 2023/2025)						
Papel						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
1	Manter ou rever a sistemática de distribuição de papel	Nucad Semap	Out/2023	Dez/2025	Avaliar o processo de solicitação, aquisição e entrega de papel nas unidades para possibilitar a diminuição do fornecimento de papel, caso verificado que o consumo possa ser reduzido na unidade avaliada.	Sem custos
2	Programar devolução de papel e de material em desuso ao almoxarifado	Semap	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 - Providenciar a logística de devolução ao almoxarifado das resmas de papel, papel timbrado e envelopes que estejam estocados devido a excessos nos pedidos; Etapa 2 - Avaliar a possibilidade de receber outros itens.	Sem custos
3	Reduzir o fornecimento de papel	Semap Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 - Disponibilizar os dados de consumo de papel das unidades; Etapa 2 - Apresentar, periodicamente, os dados para os gestores das unidades;	Sem custos
Copos Descartáveis e Água Envasada						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
4	Substituir copos descartáveis por copos de vidro ou similar para o corpo funcional	Setamb Semap Sesap UAA Secos	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Distribuir copos de vidro ou similar para o corpo funcional; Etapa 2 – Promover campanha para redução do uso de copo descartável;	O setor responsável solicitará previsão de recurso.
5	Intensificar a redução do fornecimento de copos descartáveis de 200 ml e de 50 ml.	Semap Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Disponibilizar os dados de consumo de copos de 200 ml e de 50 ml das unidades; Etapa 2 - Limitar o uso dos copos descartáveis apenas às áreas de atendimento ao público;	Sem custos
6	Monitorar o consumo de água mineral	Nucad Sesap	Out/2023	Dez/2025	Manter a aquisição do quantitativo da água mineral envasada. Promover campanha de conscientização.	Sem custos

Impressão						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
7	Revisar a adequação da configuração padrão das impressoras/copiadoras, objetivando o uso racional dos equipamentos.	Nucad Seinf	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Todas as impressoras serão configuradas para impressão em frente e verso; Etapa 2 – Realizar trimestralmente pela equipe técnica, verificação em todos os micros da Seção Judiciária e das Subseções para verificar se as impressões estão configuradas corretamente frente e verso, outra opção será a configuração dos equipamentos no ato das chamadas;	Sem custos
Energia Elétrica						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
8	Monitorar o consumo de energia elétrica	Nucad Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Manter iluminação Led em todos os ambientes da Seção Judiciária e as Subseções; Etapa 2 – Reduzir funcionamento do sistema de climatização, com acompanhamento do consumo mensal;	Sem custos
9	Promover campanhas	Secos Nucad Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Promover campanhas de conscientização para desligar iluminação, equipamentos eletrônicos e aparelhos de ar-condicionado quando não utilizados.	Sem custos
10	Realizar estudo de viabilidade de eventual reformulação do atual modelo de Gestão energética da Seção Judiciária	Nucad Seseg Setamb Sesap	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 - Reunir com os setores responsáveis. Etapa 2 - Análise de Sugestões e Propostas. Etapa 3 - Implementação ou não da referida ação.	O setor responsável solicitará previsão de recurso.
Água e Esgoto						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
11	Monitorar o consumo de água e esgoto	Nucad Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Efetuar a leitura dos hidrômetros das edificações da Seção Judiciária e suas Subseções 1 vez por semana, com lançamento e checagem dos números. Promover ações emergenciais para sanar vazamentos e aumentos inesperados de consumo. Reaproveitar a água das chuvas para a lavagem de pisos e áreas externas e irrigação dos jardins nos arredores da SJAM. Garantir que o esgoto esteja sendo eliminado corretamente na rede sem interferências nas redes pluviais ou encaminhamento de dejetos incorretamente na rede pública.	Sem custos
12	Promover campanhas de conscientização	Secos Nucad Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de água e evitar o desperdício.	Sem custos
Gestão de Resíduos						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
13	Incentivar a coleta seletiva no âmbito da SJAM e Subseções	Setamb Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Aperfeiçoar a coleta seletiva para destinação correta dos materiais recicláveis e do material eletrônico para descarte;	Sem custos
14	Promover campanhas de conscientização	Secos Setamb	Out/2023	Dez/2025	1-Elaboração do conteúdo 2-Divulgação	Sem custos
15	Realizar coleta de resíduos eletrônicos periodicamente	Setamb Seseg	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Promover coletas periódicas nas instalações da Seção Judiciária e subseções; Etapa 2 – Firmar parceria com instituições para coletar e dar destinação aos resíduos produzidos na JFAM;	Sem custos
16	Realizar ações alusivas nas datas relacionadas ao meio ambiente, conforme etapas 01, 02,03 e 04.	Setamb Seseg Seder Secos	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – 21 de março dia da Floresta; Etapa 2 – 22 de março dia Mundial da Água; Etapa 3 – 05 de junho dia do Meio ambiente; Etapa 4 – 21 de setembro dia da Arvore;	O setores responsáveis solicitarão a previsão de recurso
Qualidade de Vida						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos

17	Disponibilizar serviços continuados de saúde	Sebes	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Disponibilizar serviços continuados de atendimento médico e odontológico. Etapa 2 – Disponibilizar informações e orientações quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho direcionado à saúde e bem-estar do servidor.	Disponível no orçamento destinado aos serviços de saúde
18	Promover ações de qualidade de vida	Sebes Secos	Out/2023	Dez/2025	Realizar a Feira de Saúde da Seccional. Acompanhar, por meio das consultas dos Exames Periódicos de Saúde – EPS, o estado de saúde dos magistrados e servidores. Realizar o monitoramento dos casos de Covid-19 do corpo funcional. Promover ações voltadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas de saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho. Promover ações com foco na promoção de saúde. Elaborar informativos sobre a Covid-19.	Disponível no orçamento destinado aos serviços de saúde
Telefonia						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
19	Avaliar melhores condições de contratos	Setcom	Out/2023	Dez/2025	Avaliar, periodicamente, as condições pactuadas nos contratos de telefonia, com o objetivo de analisar possibilidade de redução de custos.	Sem custos
Vigilância						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
20	Avaliar melhores condições de contratos	Sevit Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Avaliar as condições pactuadas nos contratos de segurança, com o objetivo de analisar possibilidade de redução de custos.	Sem custos
21	Modernizar e ampliar o CFTV (circuito interno de televisão), a fim de reduzir o valor do contrato de vigilância.	Nucad Sevit Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Instalação dos equipamentos Etapa 2 – Efetivar o sistema de monitoramento	Disponível no orçamento destinado aos sistemas de segurança
Limpeza						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
22	Avaliar melhores condições de contratos	Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Revisar o dimensionamento de equipes e materiais de consumo necessários às atividades de limpeza na Seção Judiciária e nas Subseções.	Sem custos
23	Implementar controle de insumos dos contratos de limpeza	Semap Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Criação de métodos para acompanhamento e controle dos insumos fornecidos no contrato de limpeza.	Sem custos
24	Adquirir produtos biodegradáveis	Secom Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza para os novos contratos.	Disponível no orçamento destinado aos serviços de limpeza
Lelaute						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
25	Otimizar espaços	Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Analisar projetos objetivando o melhor aproveitamento dos espaços, com menor quantidade. Reaproveitamento de espaço para novos projetos.	Sem custos
Combustível e Veículos						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
26	Modernizar sistema de transportes	Nucad Sevit	Out/2023	Dez/2025	Apresentar Estudo para avaliar comparando os modelos atuais e alternativos de transporte institucional	

		Sesap UAA				Custos em avaliação
Capacitação e Sensibilização						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
27	Promover ações de sensibilização em sustentabilidade	Setamb Secos	Out/2023	Dez/2025	Promover ações que sensibilizem e incentivem a adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade. Realizar Campanha de Lixo Eletrônico periodicamente. Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente. Realizar campanhas em conjunto com os grupos executivos para conscientização ambiental. Explorar todos os canais de comunicação disponíveis, inclusive criando novos canais, para ampliar o alcance das ações de sustentabilidade. Reestruturar a página da Gestão Sustentável no portal do SJAM com a criação de um ambiente para divulgação de conteúdo técnico.	Sem custos
28	Promover a Capacitação da CGPLS, conforme Art. 13, parágrafo único da Resolução 709 do CJF.	Seder Setamb Secos	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – Ofertar curso de capacitação voltada a sustentabilidade. Etapa 2 – Realizar ação educacional sobre consumo consciente.	Disponível no orçamento destinado à capacitação
Contratação Sustentável						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
29	Promover o desenvolvimento sustentável nos processos de aquisição, contratação e compras.	Secom Selic Semap Seseg Sevit Setcom Seinf Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 – As unidades solicitantes deverão inserir nos termos de referência e editais, as informações relativas aos critérios de sustentabilidade quando solicitarem serviços ou compras de material, conforme parágrafo único, Art. 21 da Resolução 400/2021 do CNJ. Etapa 2 – Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações.	Sem custos
Acessibilidade						
Nº	Ação	Área(s) Responsável (veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
30	Elaborar Plano de Ação de Acessibilidade e Inclusão	Semad Setamb Nucad NucGP Seder Sebes Secap Secaj Seinf Seseg Sesap UAA	Out/2023	Dez/2025	Etapa 1 - Reunir a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Copaci) AM. Etapa 2 - Análise de Sugestões e Propostas Etapa 3 - Aprovação e Implementação do referido Plano	Sem custos

Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços

Papel e suprimentos de impressão

1. Dar preferência ao uso de comunicação eletrônica evitando o uso do papel.
2. Evitar a impressão de documentos.
3. Fazer a revisão dos documentos antes de imprimi-los.
4. Sempre que possível, imprimir em fonte econômica (eco fonte) e frente e verso.
5. Configurar ou substituir os equipamentos de impressão e cópia para modo frente e verso automático.
6. Somente disponibilizar um cartucho/tonner novo ao receber o velho completamente vazio.
7. Reaproveitar as folhas impressas de um lado para nova impressão ou confecção de blocos de rascunho.
8. Dar preferência ao uso do papel reciclado ou não clorado;
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso do papel,

10. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.

Forma de trabalho e Sistemas informatizados

1. Incentivar, na medida do possível, o modelo de trabalho remoto.
2. Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.
3. Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão.
4. Digitalizar os documentos impressos.
5. Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

Copos Descartáveis e águas engarrafadas

1. Substituir o uso de copos descartáveis por copos de vidro, por copos retornáveis duráveis ou biodegradáveis.
2. Dar preferência para aquisição de copos produzidos com materiais que minimizem os impactos socioambientais.
3. Incentivar o uso do copo retornável com campanhas de sensibilização e consumo consciente.
4. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
5. Substituir o consumo de água em garrações de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros tendo em vista as questões econômico-financeiras e impactos ambientais negativos gerados pelos resíduos plásticos.
6. Higienizar periodicamente os equipamentos como garrações de 20 litros, bebedouros e sistemas de filtragem de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante.

Material de limpeza

1. Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza.
2. Incluir nos contratos de limpeza a capacitação e sensibilização periódica das equipes de limpeza.
3. Rever as rotinas de trabalho quanto à limpeza das instalações de modo a otimizar os serviços realizados.

Energia Elétrica

1. Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente.
4. Fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado para não diminuir sua eficiência.
5. Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, iluminação natural.
6. Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento e promover campanhas de incentivo ao uso das escadas.
7. Revisar o contrato de energia visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica.
8. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar condicionado e outros equipamentos eletroeletrônicos mais modernos e eficientes, respeitadas as normas técnicas vigentes.
9. Buscar implementar soluções que tragam eficiência energética à edificação, como a substituição de lâmpadas fluorescentes por dispositivos em Led, placas fotovoltaicas para captação de energia solar e outras tecnologias limpas para geração de energia.
10. Utilizar, sempre que possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas.
11. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da energia.

Água e Esgoto

1. Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores.
4. Não utilizar água nobre para fins não nobres (ex: lavagem de veículos, manutenção de jardins, lavagem de brises).
5. Criar rotinas periódicas para lavagem de grandes áreas e irrigação de jardins.
6. Dar preferência a sistemas de reuso de água e tratamento dos efluentes gerados.
7. Dar preferência a sistemas de medição individualizados de consumo de água.
8. Analisar a viabilidade de aproveitamento da água da chuva, com a devida outorga.
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.

Gestão de resíduos

1. Promover a implantação da coleta seletiva em consonância com a Resolução CONAMA 275/2001, o Decreto Nº 10.936/2022, a Decreto Nº 11.043/2022 e demais legislação pertinente, quanto ao estabelecimento de parcerias com cooperativas de catadores e tabela de cores.
2. Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados (desde material de expediente até óleos lubrificantes, pneus, pilhas, baterias, lixo eletrônico, quando houver).
3. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao descarte correto de resíduos.
4. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho

1. Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.
2. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados.
3. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho.
4. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no trabalho.
5. Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores, funcionários terceirizados e magistrados com divulgação por meio da intranet, cartazes eletrônicos e informativos.
6. Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e colaborativas reconhecendo e premiando as unidades que possuem bons índices de consumo.
7. Incentivar a realização de cursos à distância com a temática da sustentabilidade reforçando as práticas realizadas na SJAM.
8. Buscar parcerias com a comunidade e órgãos da administração local no sentido de implementação de possíveis inovações e serviços (ex: coleta de óleo pela concessionária local, recolhimento de lixo eletrônico, etc.).
9. Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas.

Veículos e transporte

1. Dar preferência a contratos de aquisição de veículos com dação em pagamento.
3. Estabelecer rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados considerando a redução no consumo de combustíveis e emissão de gases poluentes.
4. Utilizar preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol.
5. Estabelecer rotinas de manutenção preventiva nos veículos.
6. Dar preferência à lavagem ecológica de veículos oficiais.
7. Estabelecer intervalos sustentáveis entre as lavagens de veículos oficiais.

Mobiliário

1. Adquirir mobiliário observando as normas de ergonomia.
2. Observar a origem legal do produto no caso dos itens em madeira.

Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis

1. Recomendar que o desfazimento de bens móveis e materiais tenha o apoio das unidades ou núcleos socioambientais, para identificação da melhor destinação, considerando o que estabelece Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Decreto 7.404/2010, que regulamenta a mencionada Lei.
2. Descartar de forma ecologicamente correta os documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.
3. Incentivar ações de reutilização de materiais.

Contratações sustentáveis

1. Adotar os critérios socioambientais constantes do *Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos*, do Conselho da Justiça Federal (utilizar subsidiariamente o [Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](#), bem como de documentos similares expedidos por outros órgãos públicos, quando necessário).
2. Realizar análise de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição.

Material de consumo – planejamento e uso

1. A unidade responsável pela administração de material do órgão deve controlar e monitorar os dados de consumo e informá-los às unidades de trabalho.
2. Os gestores devem informar ao corpo funcional os índices de consumo da unidade estimulando o consumo consciente em busca do ponto de equilíbrio.

Ações de Divulgação, Sensibilização e Capacitação

1. Divulgação de reuniões da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.
2. Divulgação de informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente (Calendário da Sustentabilidade).
3. Divulgação no Portal da SJAM das Atas da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável CGPLS – AM.
4. Divulgação de campanhas promovidas pelos grupos executivos do PLS.
5. Divulgação de manuais relacionados à sustentabilidade.
6. Divulgação dos resultados e experiências bem sucedidas da SJAM relacionadas à sustentabilidade.
7. Sensibilização do corpo funcional para incentivo de adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade (ex.: consumo consciente, coleta seletiva etc.).
8. Utilização de todos os canais de comunicação disponíveis, e criação de novos canais de comunicação, para ampliar o alcance das ações de sustentabilidade.
9. Aprimoramento da página da Gestão Sustentável no portal da SJAM com a criação de um ambiente de divulgação de conteúdo técnico.
10. Capacitação dos integrantes da Comissão Gestora do PLS e dos seus grupos executivos em gestão da sustentabilidade.
11. Capacitação de servidores gestores de contratos em contratação sustentável.

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (CGPLS-AM)**MARA ELISA ANDRADE****DIRETORA DO FORO (PRESIDENTE)****MANOEL BENTES DE FREITAS****SETOR DE APOIO À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL - VICE-PRESIDENTE (SETAMB/SECAD)****FILIFE DA SILVA COSTA****SEÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SECRETÁRIO (SEMAD/SECAD)****CLAUDIO FABIANO VALENTE MORTÁGUA****SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (SELIC/SECAD)****NEUZAI MARREIROS BARBOSA****SEÇÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (SEPLO/NUCAD)****MÔNICA MIRNA DO NASCIMENTO SARAIVA****SEÇÃO DE COMPRAS (SECOM/NUCAD)****ARNALDO SOUZA DA SILVA**

SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (SEMAP/NUCAD)

DIOGO PEREIRA NEVES

SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS (SESEG/NUCAD)

HIRAM NUNES COSTA

SEÇÃO DE DEPÓSITO E ARQUIVO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO (SEDAJ/NUCJU)

ANDRÉA SILVEIRA ROCHA DA SILVA

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOS/DIREF)

MARIO CESAR DE QUETROZ ALBUQUERQUE

SETOR DE COMUNICAÇÕES (SETCOM/NUCAD)

THIAGO DIAS CARNEIRO

SEÇÃO DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE (SEVIT/NUCAD)

ADELSON ALVES SILVA

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO (NUCAD)

VINICIUS RODRIGUES CAVALCANTE

NÚCLEO JUDICIÁRIO (NUCJU)

ALDECINORA SIQUEIRA DA SILVA

NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS (NUCGP)

MARIZETE ARAÚJO CORRÊA

SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SEDER/NUCGP)

ROSIVALDO CONCEIÇÃO DAMASCENO

SEÇÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL (SEBES/NUCGP)

JUAREZ DE VASCONCELOS DA SILVA

SEÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SEINF/NUCAD)

ALEX MONTEIRO PINHEIRO

UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO (UAA EM TEFÉ)

SEBASTIÃO JARDIM BITENCOURT

SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA SUBSEÇÃO DE TABATINGA (SESAP/TBT)



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Beates de Freitas**, Encarregado(a) de Setor, em 28/09/2023, às 14:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Fabiano Valente Mortagua**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 14:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe da Silva Costa**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 14:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Jardim Bitencourt**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 14:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Cesar de Queiroz Albuquerque**, Encarregado(a) de Setor em exercício, em 28/09/2023, às 14:36 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Mirna do Nascimento Saraiva**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 14:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Dias Carneiro**, Supervisor(a) de Seção em exercício, em 28/09/2023, às 14:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Arnaldo Souza da Silva**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 14:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Pereira Neves**, Supervisor(a) de Seção em exercício, em 28/09/2023, às 14:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosivaldo Conceição Damasceno**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 15:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aldeciara Siqueira da Silva**, Diretor(a) de Núcleo, em 28/09/2023, às 15:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Rodrigues Cavalcante**, Diretor(a) de Núcleo, em 28/09/2023, às 15:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juarez de Vasconcelos da Silva**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 15:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Silveira Rocha da Silva**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 16:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adelson Alves Silva**, Diretor(a) de Núcleo, em 28/09/2023, às 16:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marizete Araújo Corrêa**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 16:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Neuzai Marreiros Barbosa**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 16:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mara Elisa Andrade**, Diretora do Foro, em 28/09/2023, às 17:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Mouteiro Pinheiro**, Supervisor(a) de Seção, em 28/09/2023, às 18:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hiram Nunes Costa**, Supervisor(a) de Seção em exercício, em 29/09/2023, às 12:31 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 19093436 e o código CRC 8E5F3C75.

Avenida André Araújo, 25 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.trf1.jus.br/sjam/

0000594-93.2023.4.01.8002

19093436v2